

## INFÂNCIA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS PÓS-COVID-19: RETROCESSOS E PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO

Alessandro Bartz<sup>1</sup>  
Jéssica Zimmermann de Mello<sup>2</sup>  
Milene Gabriele da Rosa<sup>3</sup>  
Tallyta Vitoria Kohler de Borba<sup>4</sup>

### RESUMO

A pandemia de Covid-19 provocou impactos profundos na vida em sociedade, afetando de forma particular crianças e adolescentes. O fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto evidenciaram desigualdades sociais e econômicas, que em muitos casos inviabilizaram o acesso adequado à educação. As perdas mais significativas concentraram-se no aprendizado, na socialização e no desenvolvimento emocional, enquanto o acesso limitado a recursos tecnológicos acentuou a exclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade. Os direitos da infância, como a educação de qualidade, a proteção contra a exploração e a participação social, sofreram ameaças e retrocessos, expressos na evasão escolar, no aumento das desigualdades e na fragilização das políticas de proteção, sobretudo no ambiente digital. Enfrentar esses desafios requer a implementação de medidas que promovam uma educação inclusiva, assegurem acesso equitativo e fortaleçam a proteção integral, de modo a reduzir os retrocessos acumulados e garantir o pleno desenvolvimento das novas gerações.

Palavras-chaves: Direitos. Sociedade. Educação.

### 1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 impactou de maneira profunda a vida em sociedade, revelando e ampliando desigualdades históricas. Crianças e adolescentes foram especialmente atingidos, por estarem em fase de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, o que os torna mais suscetíveis aos efeitos de crises prolongadas. O isolamento foi marcado pelo medo da doença, perda de familiares e falta de informações claras, fatores que contribuíram para o aumento das vulnerabilidades já existentes.

A saúde mental dessa população foi diretamente afetada pela suspensão das atividades escolares, ausência de interação social e desorganização do cotidiano. Situações de estresse, ansiedade, depressão e agravamento de problemas emocionais preexistentes tornaram-se mais frequentes. O fechamento das escolas não apenas comprometeu o processo de aprendizagem, mas também retirou de muitas crianças um espaço de proteção contra a violência, a negligência e o abuso, que se tornaram ainda mais invisíveis durante o período de isolamento.

Outro impacto significativo foi a insegurança alimentar. Para inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade, a merenda escolar constituía a principal ou até mesmo a única refeição completa do dia. Essa realidade evidencia que a escola, além de ser um espaço de ensino, cumpre papel essencial na garantia de direitos básicos, como nutrição e bem-estar.

O aumento do tempo de exposição às telas, associado tanto à continuidade das atividades escolares quanto ao lazer e à socialização virtual, trouxe novas preocupações. O uso intensivo de dispositivos digitais elevou os riscos de dispersão, fadiga, contato com conteúdo impróprios, exploração de dados pessoais e maior vulnerabilidade a crimes virtuais.

Nesse contexto, a ausência de uma coordenação política eficaz agravou os

<sup>1</sup> Alessandro Bartz Professor do Curso de Pedagogia Setrem.

<sup>2</sup> Jéssica Zimmermann de Mello Acadêmica do Curso de Pedagogia Setrem.

<sup>3</sup> Milene Gabriele da Rosa Acadêmica do Curso de Pedagogia Setrem.

<sup>4</sup> Tallyta Vitoria Kohler de Borba Acadêmica do Curso de Pedagogia Setrem

efeitos da crise e fragilizou as políticas públicas de proteção à infância. O cenário expõe a urgência de ações integradas que garantam saúde, educação, nutrição, segurança digital e proteção integral, de modo a enfrentar os retrocessos acumulados e assegurar condições de desenvolvimento para todas as crianças e adolescentes.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Crianças e adolescentes foram especialmente impactados pela pandemia de Covid-19 por estarem em fase de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Essa condição os torna mais vulneráveis a mudanças bruscas no cotidiano, como o isolamento, a suspensão das aulas presenciais e a perda do convívio social. Fatores como o medo da doença, a perda de familiares, a ausência de informações claras, o aumento da violência doméstica, da pobreza e da fome, além da interrupção de esportes e encontros presenciais, intensificaram o sofrimento psicológico. Nesse contexto, quadros de ansiedade, estresse, depressão e o agravamento de problemas emocionais preexistentes tornaram-se mais frequentes (INSTITUTO ALANA, 2022).

A suspensão das atividades escolares também acarretou riscos adicionais. Crianças e adolescentes foram afetados pela abrupta alteração da rotina e pelas mudanças de comportamento dos adultos no ambiente familiar. Essa combinação pode gerar o chamado *estresse tóxico*, capaz de comprometer a arquitetura cerebral e aumentar a probabilidade de doenças físicas e mentais associadas ao estresse (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 38).

O fechamento das escolas privou muitos estudantes de um espaço de proteção contra abusos e violências, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A ausência de contato com professores e profissionais externos à família dificultou denúncias, mantendo essas situações invisíveis (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 44).

Outro aspecto fundamental refere-se à insegurança alimentar. Para diversas famílias em situação de vulnerabilidade, a merenda escolar representava a principal ou única refeição completa do dia. Assim, o fechamento das instituições agravou a desnutrição infantil, revelando que a escola desempenha papel central não apenas na aprendizagem, mas também na garantia de direitos básicos e no bem-estar das crianças (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 53).

O uso intensivo da internet expôs crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade, incluindo exploração de dados pessoais, aliciamento em redes sociais e jogos online, além de maior exposição a crimes virtuais (INSTITUTO ALANA, 2022, p. 58). Nesse cenário, o uso pedagógico intencional de recursos digitais pode ser uma alternativa positiva, desde que acompanhado de supervisão adequada por professores e responsáveis.

A infância e a adolescência constituem etapas cruciais para o desenvolvimento humano, pois nelas se consolidam habilidades cognitivas, emocionais e sociais fundamentais para a vida adulta. Fatores externos que interfiram nesse processo, como ocorreu durante a pandemia, tendem a gerar efeitos que ultrapassam o presente, podendo aprofundar desigualdades e criar novas vulnerabilidades. A crise sanitária evidenciou não apenas o agravamento de problemas já existentes, mas também a fragilidade das redes de proteção à infância e à adolescência. A ausência de coordenação política eficaz, somada às desigualdades sociais históricas, mostrou que a efetivação da proteção integral, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda é um desafio. Compreender os efeitos da pandemia sobre esse grupo exige, portanto, uma reflexão crítica acerca da necessidade de um Estado ativo,

capaz de articular políticas públicas integradas que garantam saúde, nutrição, educação, segurança digital e proteção contra a violência.

A revisão da literatura e dos relatórios institucionais evidencia que a pandemia de Covid-19 intensificou vulnerabilidades já existentes na infância e na adolescência, com impactos diretos sobre a saúde mental, educação, segurança alimentar, proteção contra violências e o uso seguro das tecnologias digitais. Os estudos analisados revelam que esses fatores estão interligados e que suas consequências ultrapassam o período emergencial, podendo repercutir ao longo da vida. Assim, compreender os retrocessos nos direitos da infância exige uma abordagem crítica e multidimensional, capaz de articular evidências científicas, documentos institucionais e políticas públicas. Essa fundamentação fornece as bases conceituais e analíticas para a etapa metodológica da pesquisa e para a discussão dos resultados, orientando a identificação das principais áreas em que se fazem urgentes medidas de proteção e de recuperação dos direitos.

### **3 METODOLOGIA**

O tema central desta pesquisa é a análise dos impactos da pandemia de Covid-19 nos direitos de crianças e adolescentes, considerando aspectos relacionados à saúde física e mental, educação, segurança alimentar, proteção contra a violência e aos riscos decorrentes do uso intensivo de telas.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentando-se em artigos científicos, relatórios institucionais e documentos produzidos por organizações voltadas à infância e à educação. Os procedimentos envolveram o levantamento, a seleção e a leitura analítica dos materiais, com posterior organização das informações em eixos temáticos.

A análise de conteúdo foi estruturada a partir de categorias como saúde mental, violência, educação, alimentação e segurança digital, possibilitando uma compreensão crítica das principais vulnerabilidades enfrentadas por crianças e adolescentes no período pandêmico.

Cabe destacar que, entre as fontes utilizadas, alguns dados quantitativos referem-se a períodos anteriores à pandemia, como no caso da pesquisa sobre tempo de exposição às telas (INSTITUTO ALANA, 2019). Tais informações foram empregadas como linha de base comparativa, permitindo interpretar tendências que se intensificaram durante o isolamento social. Essa opção metodológica busca suprir a escassez de levantamentos empíricos recentes de grande abrangência, sem perder de vista a necessidade de uma análise crítica e contextualizada.

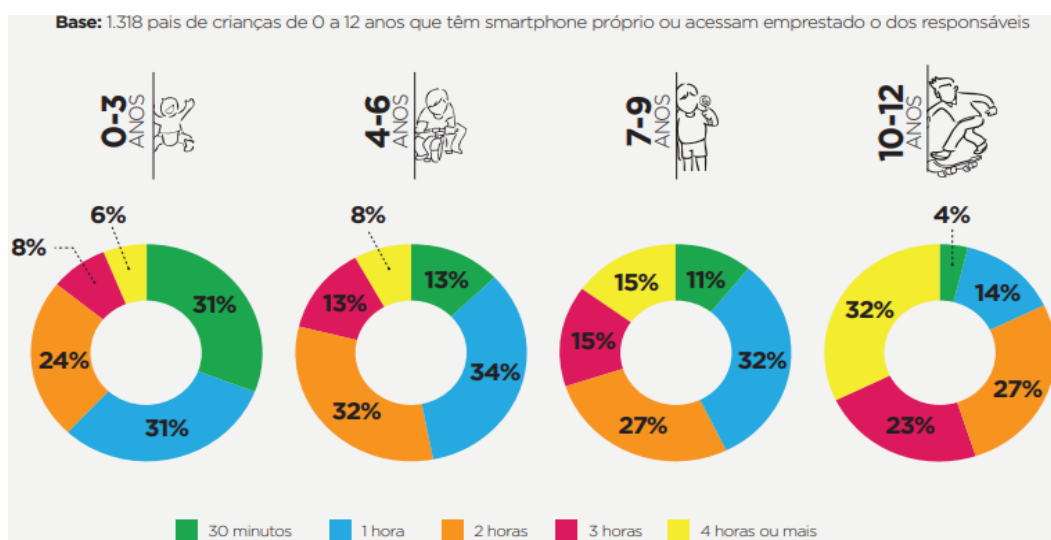
A análise dos dados, portanto, foi realizada de maneira interpretativa e comparativa, conectando os referenciais teóricos e documentais ao problema central da pesquisa, com o objetivo de evidenciar os retrocessos vivenciados e destacar a importância de políticas públicas integradas e duradouras.

### **4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A Figura 01 apresenta dados de 2019, anteriores à pandemia de Covid-19, sobre o tempo médio diário que crianças de 0 a 12 anos passam em frente à tela do smartphone, considerando 1.318 pais entrevistados. Entre 0 a 3 anos, 31% utilizavam o aparelho por até 30 minutos, 31% por 1 hora e 24% por 2 horas, enquanto 8% permaneciam 3 horas e 6% chegavam a 4 horas ou mais. Na faixa de 4 a 6 anos, o maior percentual concentrava-se em 1 hora (34%) e 2 horas (32%), havendo

crescimento no uso por 3 horas (13%) e 4 horas ou mais (8%). Entre 7 e 9 anos, as categorias ficaram equilibradas: 30 minutos (11%), 1 hora (32%), 2 horas (27%) e 3 horas (15%), sendo que 15% utilizavam 4 horas ou mais. Já entre 10 e 12 anos, observou-se maior tempo de exposição: 23% utilizavam 3 horas, 27% por 2 horas e 32% chegavam a 4 horas ou mais, enquanto apenas 4% permaneciam em 30 minutos.

Figura 01 - Gráfico que mostra quanto tempo as crianças passam na frente das telas de smartphones por dia.



Fonte: INSTITUTO ALANA, 2019, p. 3.

A análise descritiva mostra que, mesmo antes da pandemia, havia uma tendência de aumento do tempo de exposição às telas conforme a idade das crianças avançava. Esses percentuais já indicavam um cenário de preocupação, uma vez que instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam a limitação do tempo de tela na infância.

Em diferentes relatórios e pesquisas (INSTITUTO ALANA, 2022) apontam que a suspensão das aulas presenciais e a necessidade de atividades remotas ampliaram significativamente esse tempo de exposição. Assim, o gráfico de 2019 pode ser compreendido como uma linha de base, que evidencia como uma tendência já existente foi intensificada pelas condições impostas pela crise sanitária.

O aumento de tempo tela não está relacionada apenas ao ensino remoto, mas também ao lazer e à socialização em meio ao isolamento. Esse cenário trouxe riscos adicionais, como maior dispersão, fadiga digital, exposição a conteúdos inadequados, uso indevido de dados pessoais e maior vulnerabilidade a crimes virtuais, incluindo o aliciamento por meio de redes sociais e jogos online.

Além da dimensão digital, os resultados devem ser analisados em articulação com outros aspectos já evidenciados na fundamentação teórica. O fechamento das escolas também provocou perdas educacionais, a invisibilização de casos de violência doméstica e a intensificação da insegurança alimentar, já que para muitas crianças a merenda escolar constituía a principal refeição do dia (INSTITUTO ALANA, 2022). Dessa forma, os impactos do período não se limitam à questão tecnológica, mas configuram um conjunto de retrocessos que afetaram de forma integrada o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e adolescentes.

Em síntese, os resultados evidenciam que os efeitos da pandemia não apenas intensificaram vulnerabilidades já existentes, mas também expuseram a fragilidade das políticas públicas voltadas à infância, o que reforça a necessidade de estratégias que considerem, de forma simultânea, a regulação do tempo de tela, a segurança digital, o enfrentamento da insegurança alimentar, a prevenção da violência e a garantia de condições adequadas de aprendizagem.

## 5 CONCLUSÃO

A crise provocada pela Covid-19 expôs e intensificou desigualdades sociais que afetaram de forma abrangente os direitos das crianças, em especial nos campos da educação, saúde mental, segurança alimentar, proteção contra violências e vivência digital. O fechamento das escolas representou não apenas perdas educacionais significativas, mas também a ausência de um espaço seguro e protetivo, agravando situações de vulnerabilidade já existentes.

Embora os dados utilizados nesta pesquisa, como os relativos ao tempo de tela (INSTITUTO ALANA, 2019), sejam anteriores à pandemia, eles oferecem uma linha de base importante para compreender tendências que se intensificaram no período de isolamento, quando o uso de tecnologias digitais se tornou ainda mais central no cotidiano infantil. Esse cenário trouxe riscos adicionais, como a exposição a conteúdos inadequados, a exploração de dados pessoais e a vulnerabilidade a crimes virtuais, evidenciando a urgência de políticas voltadas à segurança digital.

Diante desse quadro, os impactos da pandemia foram particularmente severos para crianças em contextos de maior vulnerabilidade, ampliando desigualdades estruturais e fragilizando redes de proteção. Torna-se, portanto, imprescindível investir em políticas públicas integradas e duradouras, capazes de articular educação, saúde, nutrição, segurança e inclusão digital de forma equilibrada e segura. Reduzir os retrocessos vivenciados exige tanto a inovação em práticas educacionais quanto o fortalecimento de iniciativas de proteção social, de modo a assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos plenamente garantidos e possam retomar seu desenvolvimento em condições de equidade.

É importante reconhecer que esta pesquisa se baseou majoritariamente em estudos bibliográficos e documentais, alguns deles produzidos antes da pandemia, utilizados como linha de base para compreender tendências que se intensificaram no período de isolamento. A ausência de levantamentos empíricos recentes e de grande escala especificamente sobre o pós-pandemia constitui uma limitação, mas não invalida a relevância da análise, que buscou integrar diferentes fontes para evidenciar retrocessos e apontar caminhos para políticas públicas voltadas à proteção integral da infância e da adolescência.

## 6 REFERÊNCIAS

INSTITUTO ALANA. **Dossiê Infâncias e Covid-19: os impactos da gestão da pandemia sobre crianças e adolescentes**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/03/DOSSIE-INFANCIAS-E-COVID-19.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO ALANA. **Panorama Crianças e Celulares: crianças e smartphones no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2019/10/panorama-criancas-celulares-out19.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.